

COSTA, Hermes Augusto – As temporalidades da atividade docente: desafios ao trabalho, organizações e profissões. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 33-40. ISSN 2182-7419.

AS TEMPORALIDADES DA ATIVIDADE DOCENTE: DESAFIOS AO TRABALHO, ORGANIZAÇÕES E PROFISSÕES

HERMES AUGUSTO COSTAⁱ

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

RESUMO

Este curto ensaio visa contribuir, tanto retrospectiva quanto prospectivamente, para uma perceção sobre expectativas, desencantos e ansiedades suscitadas pela atividade docente. Trata-se de uma apreciação subjetiva das temporalidades do trabalho decorrentes da imersão num percurso académico. Alerta-se para temas e problemas e para a necessidade de colocar o trabalho e a atividade profissional realizada em contexto organizacional no centro da nossa vida coletiva. Trata-se de uma reflexão a partir da academia, mas que certamente poderá ser extrapolada para distintos contextos institucionais, ambientes não-académicos e domínios profissionais.

Palavras-chave: trabalho docente, ensino superior, passado, presente, futuro

ⁱ hermes@fe.uc.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7873-4440>.

ABSTRACT**THE TEMPORALITIES OF TEACHING: CHALLENGES FOR WORK, ORGANISATIONS AND PROFESSIONS**

This short essay aims to contribute, both retrospectively and prospectively, to a perception of the expectations, disenchantments and anxieties evoked by teaching in higher education. It is a subjective appraisal of the temporalities of work resulting from the immersion in an academic career. It highlights issues and problems and the need to place work and professional activity in an organisational context at the centre of our collective lives. This is a reflection based on academia, but which can certainly be extrapolated to different institutional contexts, non-academic environments and professional fields.

Keywords: teaching activity, higher education, past, present, future

RESUMÉ**LES TEMPORALITÉS DE L'ENSEIGNEMENT: DÉFIS POUR LE TRAVAIL, LES ORGANISATIONS ET LES PROFESSIONS**

Ce court essai vise à contribuer, aussi bien rétrospectivement que prospectivement, à une perception des attentes, des désenchantements et des angoisses suscités par l'enseignement dans l'enseignement supérieur. Il s'agit d'une évaluation subjective des temporalités du travail résultant de l'immersion dans une carrière académique. Elle met en évidence les enjeux, les problèmes et la nécessité de placer le travail et l'activité professionnelle dans un contexte organisationnel au centre de notre vie collective. Cette réflexion basée sur le monde universitaire peut certainement être extrapolée à différents contextes institutionnels, environnements non universitaires et domaines professionnels.

Mots-clés: travail enseignant, enseignement supérieur, passé, présent, futur

INTRODUÇÃO

Este curto ensaio visa contribuir, tanto retrospectiva quanto prospectivamente, para uma percepção sobre expectativas, desencantos e ansiedades

suscitadas pela atividade docente. Trata-se de uma apreciação subjetiva das temporalidades do trabalho decorrentes da imersão num percurso acadêmico. A celebração dos 20 anos da *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é, só por si, instigadora da reconstituição de temas, percursos pessoais ou trajetos socioprofissionais. E é esse, na verdade, o meu propósito, ao recuperar fragmentos do meu próprio trajeto de mais de três décadas de docência universitária e de investigação, assinalando alguns passados perdidos, identificando tensões do presente e perspetivando desafios futuros. Mais do que apresentar respostas, alerta para temas e problemas (a maior parte deles conhecidos) e para a necessidade de colocar o trabalho e a atividade profissional realizada em contexto organizacional no centro da nossa vida coletiva. Trata-se de uma reflexão a partir da academia, mas que certamente poderá ser extrapolada para distintos contextos institucionais, ambientes não-acadêmicos e domínios profissionais.

Nas sociologias do trabalho, das organizações e das profissões são certamente diversificadas as referências bibliográficas que poderiam ser convocadas para suportar pelo menos parte do fio argumentativo deste texto. Abdiquei, porém, propositadamente de tais referências de molde a tornar o texto mais fluído e de interesse geral.

1. AS EXPECTATIVAS QUE O PASSADO DEIXOU LÁ ATRÁS

É quase inevitável, mesmo decorridas mais de 3 décadas de atividade profissional, viajar ao passado, i.e., às memórias e expectativas suscitadas pelo início de um percurso académico. Não raras vezes, esse regresso às origens é acompanhado de algum saudosismo associado à construção de expectativas. Por isso se fazem inevitáveis comparações entre elementos do presente *vivido* que nem sempre correspondem a projetos e ambições outrora delineados. A esse propósito, duas questões podem ser revisitadas. Por um lado, a ideia de *estabilidade profissional*, de uma certa estabilidade para a vida. Trata-se de uma ideia que implicitamente remete para *identidades passadistas*, que já não voltam, mas que foram desenhadas com base em expectativas de um futuro promissor, assente na coesão, no reconhecimento e na recompensa. Além de constituírem focos de atratividade, tais elementos como que “naturalizavam” a condição de professor enquanto referencial de estabilidade. Mas como é sabido (e demonstrado

por instituições seculares como a Organização Internacional do Trabalho), a ideia de estabilidade (ou de emprego para a vida) foi-se perdendo com o tempo, inclusive junto de profissões porventura mais próximas de uma agenda de trabalho digno. Ao nível do ensino superior, parece hoje cada vez mais difícil aceder a uma carreira académica e permanecer nela sem atender a múltiplos constrangimentos (burocráticos, de cumprimento de métricas, de competição entre colegas, etc.). Aliás, como a própria OIT tem demonstrado, os números do desemprego jovem à escala internacional, em distintas profissões e setores de atividade, são um duro sintoma de instabilidade e não do seu contrário.

Por outro lado, a questão do *prestígio* da profissão docente poderá ser vista como um complemento da questão da estabilidade profissional. Daí algumas indagações: Será que a profissão de professor/a universitário/a (ainda) é uma profissão de prestígio? Que tipo de reconhecimento lhe está associado? Queremos hoje ser professores tanto quanto o quisemos no passado? Será hoje uma profissão privilegiada no seio do sistema científico nacional? Ou sê-lo-á apenas e sobretudo por comparação com outras atividades de investigação (sem carreira ou com carreira instável) apoiadas em bolsas e projetos de futuro sempre incerto?

2. ALGUNS (RES)SENTIMENTOS DO PRESENTE

Se atentarmos nas preocupações que compõem a agenda das organizações sindicais do setor da educação em distintos níveis de ensino, encontramos um rol de problemas comuns ou transversais que se colocam a educadores, professores ou investigadores: desvalorização do estatuto da carreira docente; desestruturação do horário de trabalho; alteração das condições de aposentação; não contagem ou não reconhecimento do tempo de serviço prestado; entraves à progressão na carreira; desatualização salarial, com consequente perda do poder de compra (estimado em 30% em duas décadas); recurso a docentes convidados para suprir necessidades permanentes; precariedade generalizada; etc.

Em complemento a este mapeamento de problemas, gostaria de destacar alguns pontos potencialmente geradores de descontentamento no presente:

i) O *desinvestimento geral* na ciência tem sido um deles e está associado a medidas de orientação política e sobretudo a estrangulamentos decorrentes do quadro macroeconómico. De par com isso, a importância político-simbólica não deve ser descurada. Por exemplo, a opção do XXIV Governo Constitucional (liderado por Luís Montenegro) de suprimir o Ensino Superior do Ministério da Ciência e juntando estas áreas à Educação afigura-se discutível, não obstante o próprio ministro da Educação ser professor universitário;

ii) O *envelhecimento* do corpo docente. Trata-se de uma questão de ordem demográfica que não é exclusiva do ensino superior. Ao constatar que ao fim de 30 anos como professor universitário ainda é possível descortinar na minha própria instituição cerca de 65 docentes mais velhos do que eu (num universo de pouco mais de 100), é um sinal revelador de que o rejuvenescimento do corpo docente é imperativo. É inevitável que as instituições promovam a renovação dos seus quadros e apostem na contratação de docentes mais novos, ainda que estes, não raras vezes também, já não sejam propriamente jovens quando conseguem alcançar lugares de carreira. De igual modo, como forma de lidar com o problema, as possibilidades de antecipação da idade da reforma inscrevem-se no argumentário sindical e não devem deixar de ser equacionadas;

iii) Os níveis de *cansaço* e esgotamento do corpo docente têm estado igualmente na ordem do dia, como vai sucedendo amiúde em distintas profissões (como juizes e magistrados, médicos, trabalhadores dos impostos, jornalistas, cuidadores informais, etc.). A ideia de *burnout* resultante do excesso de dedicação à profissão apresenta contornos físicos e psicológicos. Ouso pensar que os efeitos de uns e de outros ajudarão, em parte, a explicar que por vezes ouçamos colegas de profissão, mesmo antes dos 50 anos e vencidos pelo cansaço, desabafar: “se pudesse reformava-me já!”. Na prática, a ideia de gosto ou identificação com a profissão parece dar lugar a momentos de desgosto ou distanciamento.

iv) Um certo *autocentramento das profissões* pode ser também gerador de um misto de desconhecimento/alheamento (talvez involuntário), face ao que se passa não só noutras profissões (o que não será tanto

de estranhar) como ao que se passa noutras categorias da mesma profissão. Em geral, parece existir no nosso subconsciente a assunção de uma atitude de olhar “para cima” (ou quando muito para “o lado”) e não “para baixo”. Não digo que isso seja ditado por sentimentos egoísticos, mas pelo menos sê-lo-á em parte por influência de critérios de competitividade que “cegam” o genuíno solidarismo que possamos ter;

v) O peso das *atividades burocráticas* é um lugar comum (mas creio que sempre em crescendo), que já existia antes da pandemia, mas que esta veio potenciar. Ironicamente, a pandemia parece ter dotado os docentes de mais “autonomia”, leia-se, mais tarefas administrativas (ex.: no preenchimento de documentos para os sistemas de saúde; na assinatura de pautas; no preenchimento de mapas, quadros, grelhas de análise; na elaboração de relatórios de autoavaliação; mapas de férias; etc.

vi) Uma *escassez de abertura de concursos* dita frequentemente uma estabilização “forçada” numa mesma categoria profissional. Quando esses concursos (sejam internos ou internacionais) são desbloqueados (e na minha instituição isso sucedeu de forma mais intensa nos últimos anos), acabam por ser sempre em número que fica aquém do esperado por parte dos potenciais interessados. Há, pois, também uma escassez de vagas, o que significa também um acréscimo da competição “entre pares”, podendo mesmo gerar desconfianças e, no limite, até inimizades;

vii) Uma quase crónica *assimetria entre ensino e investigação*, que subalterniza o primeiro face à segunda. A abertura de concursos de carreira tem vindo a colocar em evidência esse hiato. Numa altura em que nas universidades tanto se apregoa a necessidade de rentabilização de experiências pedagógicas, de introdução de metodologias e pedagogias inovadoras, etc., a redução dessa assimetria é fundamental para conferir uma outra dignidade à atividade docente.

3. ONDE RESIDEM OS NOSSOS OLHARES “FUTURISTAS” (ESPERANÇOSOS)?

Não há soluções milagrosas que permitam fazer cumprir as audaciosas (e legítimas) expectativas que ficaram por cumprir, nem uma varinha

mágica que acabe com as angústias do presente. No entanto, é possível ousar pensar uma vida docente melhor, i.e., que recupere alguma esperança no futuro. A título meramente sugestivo, proponho alguns olhares de esperança:

Em primeiro lugar, um *reforço do investimento público* no ensino superior ajudaria a mitigar problemas como os que acima se assinalaram e a revitalizar o corpo docente, no sentido de fazer com que este recupere o gosto pela profissão e a confiança de que a capacidade de produção de conhecimento no interior da academia seja o primeiro passo para produzir impactos além dela.

Em segundo lugar, e parafraseando o discurso do professor Sampaio da Nóvoa proferido a 2 de dezembro de 2023, na conferência de encerramento das comemorações dos 50 anos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a Universidade (em geral) deve modernizar-se, mas ao mesmo tempo *não se deixar contaminar* por uma agenda excessivamente dependente de imperativos de empregabilidade, excelência, eficiência e empreendedorismo. De outro modo, a carreira dos professores ficará cada vez mais contaminada pelo produtivismo académico, muitas vezes gerado do exterior para o interior das universidades.

A observância dos dois pontos anteriores ajudaria por certo a concretizar um terceiro olhar de futuro, nos termos do qual se considera fundamental que as instituições de ensino superior incentivem os membros da comunidade académica a um reforço com um compromisso de *pertença coletiva*. Em lugar de uma competição desenfreada, um compromisso com formas de *participação descomprometida, desinteressada*, sem desacreditar pensamentos rivais, mas aprendendo com eles, em nome de uma cultura científica interdisciplinar.

Em quarto lugar, a socialização de *boas práticas de ensino/aprendizagem*, assim como de *resultados de investigações* deve estar sempre presente na agenda da atividade docente. Cada vez mais as Faculdades estão sintonizadas com esse ponto, por exemplo, através de comissões de gestão/monitorização da qualidade pedagógica.

Por fim, um ponto (que também poderia ser o primeiro neste elenco de pontos mencionados e que está relacionado com eles) prende-se

com a necessidade de intensificar (de forma espontânea e não forçada) a incorporação de duas das principais transformações do nosso tempo: a transição ecológica e a transição digital. Não trago aqui nenhuma novidade, apenas sinalizo processos que se intensificam cada vez mais e que nos interpelam quotidianamente. Diria, pois, que faz cada vez mais sentido que a atividade docente e os conteúdos das unidades curriculares de distintos graus de ensino não deixem de incorporar tais transições, quer em linha com os objetivos do desenvolvimento sustentável, quer contribuindo, assim, para uma regulação ética dessas matérias.

APONTAMENTO FINAL

Poderá ter ficado no ar uma ideia de desconforto ou até desconsolo face à profissão de que aqui falei e que exerço desde 1994. E, no entanto, se iniciasse de novo o meu trajeto profissional admito que percorreria outra vez este caminho, quer porque gosto genuinamente de ensinar, quer porque vislumbro na investigação a via necessária para produzir ilustrações da realidade *a acontecer*.

Este retrato sociológico sobre a atividade docente no ensino superior, apesar de curto e incompleto, tanto mais que a diversidade de problemas é variável consoante os níveis de ensino – e aqui podemos falar em educação de infância, primeiro ciclo do ensino básico, segundo e terceiro ciclos do ensino secundário, educação especial, ensino profissional, ensino artístico, educação ao longo da vida, ensino particular e cooperativo, etc. –, pretendeu apenas constituir uma amostra de problemas reais que interpelam o mundo do trabalho, as profissões e as organizações. Numa altura em que os apelos da inteligência artificial também batem à porta do ensino superior, embora estejam por avaliar os seus impactos (tanto mais que estão por criar mecanismos regulatórios transversais que salvaguardem imperativos éticos ajustados a práticas de ensino-aprendizagem), é sobretudo crucial (recuperando o inspirador mote da OIT) garantir que o trabalho docente seja efetivamente um trabalho decente!